

As artes e a cultura como ferramentas pedagógicas

Gostava de iniciar esta fala com uma palavra que pudesse situar-se entre a consciência da realidade, e a disponibilidade para construir Educação, aqui em aperfeiçoamento, além em desconstrução, mais adiante em rotura. Ocorreu-me a palavra Esperança, por ser uma das que não enjeitam nenhuma herança nem vestem nenhuma obstinação. A Esperança mobiliza, persegue objetivos, às vezes concretos, outras vezes difusos, porventura utópicos. A Esperança interessa-se pela viabilização dos sonhos, de que são exemplo mítico os casos de Ícaro antes de cair, de Sísifo no sopé da montanha, de Penélope à espera de Ulisses. Convenhamos, porém, que a esperança é o número de trapézio mais arriscado, neste Circo Lusitano em que Artista é outra maneira de dizer aldrabão e Cultura não vale mais do que 0,4% do orçamento da companhia.

Mas, bem vistas as coisas, já estamos a ser guiados pela Esperança quando aceitamos participar num debate que identifica, na Cultura e nas Artes, a forja e as ferramentas pedagógicas, isto é, lugares de educar-para-o-mundo-coletivo, instrumentos distintos daqueles, mais intensamente promovidos, que reduzem o conhecimento quase todo ao papel de servidor do Mercado. No discurso oficial, de Washington a Bruxelas, em que Lisboa é câmara de eco, o Mercado é encarado, não como o produto da História, que é, mas como entidade superior, à qual inevitavelmente se submete toda a atividade humana. Tanto assim que não faltam as tentativas de usar a Escola para o cumprimento das tarefas de criação de líderes e de conformados, usando mecanismos que vão do acolhimento dos oportunistas prémios-ilídio-pinho da inventividade juvenil à ressuscitação do patético quadro de mérito. Falaremos de Arte e de Cultura e da má fama não nos livraremos. Pior: sugerindo as “artes e a cultura como ferramentas pedagógicas” o mais certo é haver quem veja em tal propósito uma manobra do chamado “marxismo cultural”, que a extrema-direita combate com o mesmo empenho, e no mesmo plano, com que combate os direitos humanos um pouco por todo o mundo.

Cultura e Arte são existências antigas, protagonistas de todos os passos da aventura humana, das civilizações primitivas aos inquietados dias de hoje, das paredes gravadas há milhares de anos em Foz Côa à obra que terá nascido hoje mesmo de mãos criativas, do canto popular de trabalho e devoção à Sinfonia Outubro de Shostakovitch. Sejam ferramenta pedagógica ou não, a Cultura e as Artes trilharão um caminho que não é outro senão o da História ela mesma. Não há Humanidade sem Cultura e Arte, sejam quais forem as circunstâncias da vida dos povos e

dos seus criadores. Não foi por haver repressão fascista, em 48 anos da nossa História portuguesa, que o povo deixou de celebrar Entrudos excomungados e Lopes-Graça se limitou na escrita das Heróicas. A Cultura e a Arte existem no momento mesmo em que os humanos refletem esteticamente no lugar em que estão postos.

Entenderemos a Cultura como aquilo que não nos é dado simplesmente pela natureza. Cultura é trabalho, construção da ação humana, tanto no campo material quanto no domínio do pensamento. Ou seja, Cultura é o conjunto de valores materiais ou espirituais, de saberes, de crenças e hábitos, que a Humanidade cria através das suas práticas sócio-históricas, e que caracterizam cada sociedade e cada momento histórico, projetando-se no futuro.

Assim explicado, dir-se-ia, desde logo, que, onde a Cultura é oficina, as artes serão ferramenta. Álvaro Cunhal refere na sua obra “A arte o artista e a sociedade”, que “a arte é uma expressão do Belo e o artista um seu criador”, sendo “impossível abordar problemas da arte sem aflorar, mesmo que de passagem, um campo de conceitos no qual são talvez mais as perguntas do que as respostas”. Em estrada sinuosa se meteu Cunhal, e nela nos metemos também nós, pelo desafio. A noção de Belo evoluiu ao longo dos tempos, e de forma diversa nas muitas latitudes. De tal modo que um mesmo objeto passa da maior das adesões à maior das recusas em obediência aos olhos que o vêem ou aos ouvidos que o escutam. Falei de audição e de visão, mas não é do funcionamento de dois dos cinco sentidos que se trata. Os estímulos são aquilo que estamos capacitados a receber e decodificar. É do entendimento que falamos, quando dizemos que gostamos disto e daquilo. De facto, ninguém aceita o que quer que seja sem que nessa atitude tenha sido iniciado, embalado, seduzido. O juízo estético também tem a sua História, variando “nas várias sociedades, nos vários povos, nas várias classes e até nas várias circunstâncias e contiguidades objetivas.” Pode até dizer-se que “a noção e o sentimento do Belo têm também raízes na utilidade das coisas”. Ou seja, “muitas coisas tornaram-se belas na medida em que foram úteis. Antes de os humanos considerarem belas as pinturas corporais, ainda antes de se terem tornado ornamento, a tinta foi proteção do ataque dos insetos. Do mesmo modo, “a beleza dos gestos das danças mímicas não é independente da representação do trabalho - da pesca, da caça, da ceifa -, assim como da luta, do amor e da morte”.

Falando de Arte falaremos necessariamente do seu valor estético – a tal atribuição de beleza e fealdade, em correspondência a uma hierarquia de valoração que um indivíduo ou um grupo de indivíduos estabelecem. E falaremos também daquilo “que a obra de arte transmite, na mensagem que conduz, nos sentimentos que provoca. Não se trata de elementos estranhos à

beleza, estranhos à arte, mas de elementos integrantes do valor estético, integrantes do valor artístico. A mensagem não é o elemento estranho ao valor estético, mas por si mesma um elemento componente, por vezes fundamental e determinante de tal valor. Só um primário dogmatismo ideológico pode pretender que a mensagem de liberdade não seja elemento integrante do valor estético da quinta sinfonia ou da nona sinfonia de Beethoven”.

E é aqui que já começamos a ter o desenho das ferramentas pedagógicas que nos fazem regressar ao tema do nosso debate. No Conservatório em que trabalho, está neste momento aberta a discussão acerca da orientação estética que devemos assumir no labor educativo. Estranhamente, várias são as opiniões que se confrontam. Se uns consideram que cabe às instituições de ensino artístico especializado a veiculação dos valores estéticos e dos objetos da cultura musical erudita universal, outros consideram que deveremos procurar desenvolver, no campo da educação musical e da execução instrumental, a música com que os nossos jovens já vêm tendo contacto. Não está em causa apenas uma diferença de visão relativamente ao ambiente cultural que deverá estar na base da construção de um determinado pensamento musical. O desacordo é também sobre o papel do artista, e respetiva formação, na sociedade que lhe calhará integrar. A diferença de posicionamento envolve, afinal, a problemática que Bento de Jesus Caraça fez refletir naquilo a que chamou a formação integral do indivíduo, em cujo âmbito considerou a aquisição de conhecimento um elemento central do “desenvolvimento sempre crescente de todas as qualidades potenciais do indivíduo, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico”, desenvolvimento que “é garante da conquista da liberdade.»

Esta discussão é tanto mais importante quanto se sabe que a escola não é imune ao ruído que lhe chega do demais mundo. Pode, por isso mesmo, com a maior das facilidades aderir à ideia de que, no campo da música, ou no de qualquer outra arte, o universo que nos está destinado é o das chamadas indústrias culturais, difundidas em múltiplos meios de comunicação de forma massiva e quase incontornável. Com efeito, é esmagador o peso destas indústrias, quer na construção de perfis de consumidor de produtos culturais e artísticos, quer no convencimento de que é ali, na indústria da cultura de massas, que está o mercado de trabalho artístico. Assim sendo, poderia a Escola conformar-se no cumprimento da tarefa de produzir consumidores, por um lado, produzindo igualmente os operários das tais indústrias, quais sejam os músicos, os atores, os bailarinos, os artistas visuais que hão de ocupar os postos de trabalho no mercado do entretenimento e do turismo, certamente os setores economicamente mais expressivos. Não tem nada de mal, dir-se-á, ganhar o pão nosso de cada dia honesta e

abnegadamente. Não tem – concordar-se-á. Mas ainda agora se concordou que é através da Cultura que “os grupos e os indivíduos humanos procuram dar sentido à sua vida coletiva e ao seu rosto individual, ao mundo em que habitam e ao universo que é a sua residência cósmica”. As indústrias culturais resolvem esse problema sem que o comum cidadão tenha de se preocupar. Do ginásio de fitness às cadeias de rádio e aos programas televisivos das manhãs e de fim de semana, das revistas da Impala ao TikTok, da família à discoteca, o ambiente sonoro e o que lhe está associado constrói o gosto das pessoas sem precisar do seu acordo. É tudo uma questão de ninho, de segurança, de aceitação da sugestão pela razão da sua disponibilização permanente e facilitada. Dir-se-á ser esta minha opinião de um insuportável paternalismo. De facto, no mesmo Spotify em que se aloja o super-êxito está igualmente disponível toda a música de segundo plano, à distância de um mesmo teclar. Não é, contudo, assim que as escolhas funcionam na sociedade do algoritmo. Importa não menosprezar a capacidade empresarial de condução das escolhas que, nas nossas sociedades, induzem as opções estéticas (e até as opções políticas), de acordo com os interesses do mercado, da máquina de produção de lucro. O mais admirável é que o tal algoritmo depressa associa ao produto que promove um sem número de sensações, vivências, o primeiro beijo, o dia de praia, a noite na discoteca. Consciente do valor da felicidade, o mercado é o maior promotor da produção de serotonina, segregada a partir do fornecimento massivo de estímulos sob a forma de produtos culturais, e respetivo merchandising onde se compra o objeto que materializa o sonho. A procura do desconhecido é, num tal contexto de oferecimento, tarefa bem mais complexa. A procura pressupõe a disponibilidade e o tempo que só se dedica a uma necessidade de encontro que possa sobrepor-se aos tantos e tão volumosos estímulos oferecidos. Conhecer o novo dá trabalho, e é nesse processo de dar conhecimento que a Escola pode e deve intervir. E é o que a Escola vai fazendo, de resto, quando a ocasião se apresenta. Há cerca de um mês fui falar a uma escola do norte do país sobre música de protesto – a do tempo da ditadura e a do nosso tempo. Num auditório com cerca de duzentos jovens do ensino secundário, perguntei quem conhecia o nome de José Afonso ou de Capicua. Levantaram-se duas mãos. Perguntei quem conhecia o nome de Adriano Correia de Oliveira e não se levantou nenhuma mão. Perguntei então que música conheciam, que música ouviam? Os mais tímidos não me responderam, os mais afoitos atiraram dois nomes: Zé Cabra e Maria Leal. Não é minha intenção tirar conclusões generalistas a propósito deste episódio, mas é de assinalar a persistência do lixo cultural, produzido num tempo em que nenhum daqueles jovens tinha sequer nascido, mas mesmo assim prevalecente. Talvez estivéssemos perante um ato de irreverência juvenil, e a desafinação militante do Cabra e da Leal sejam sinais de

contracultura conspirativa. Preocupemo-nos, então. Porque o refrão de “deixei tudo por ela” impõe-se ao apelo de “venham mais cinco” no imaginário contestatário de jovens da nossa terra. Assinale-se, já agora, que o que é novo nem *sempre* encontra acolhimento nas preferências dos nossos juvenis concidadãos. É tudo uma questão de educação. Num tal contexto, o tema deste debate não é apenas um tema de oportunidade – é uma questão de urgência.

Regressemos, então, à discussão acerca da orientação estética que devemos assumir no labor educativo no Conservatório em que trabalho. De acordo com a convicção de alguns dos meus colegas, o reportório do Zé Cabra poderá ser convertido em ferramenta educativa, assim sirva para ajudar à tarefa de tirar som de um instrumento musical, favorecer a articulação dos dedos, cumprir os objetivos de emissão de som, no limite realizar o milagre de transformar a desafinação do Cabra em afinação *conservatorial*. Mas não é assim que deverá ser - digo eu. A obrigação da Escola é a de promover o acréscimo de conhecimento, potenciar a capacidade de entendimento, incluir as existências patrimoniais nas vivências dos nossos jovens, intervir ativamente na competição desigual entre o valor do património da cultura musical erudita e a eficácia do livro de cantigas da Disney. A obrigação da Escola é a de revelar a arte da tradição oral do nosso povo e a sua ligação à História das culturas. À Escola exige-se que seja uma plataforma de emancipação dos indivíduos, em vez de reproduzir os modelos da cultura de massas, da alienação e do conformismo. Na escola os gostos discutem-se, e a liberdade de escolha é uma questão de opção – e não de adesão a uma marca mil vezes publicitada.

Este é o tempo da ofensa à profissão docente, da proteção dos lucros da grande distribuição à custa do Orçamento de Estado, da repetição do mantra do fim do emprego para toda a vida e do valor da carreira profissional, da imposição do empobrecimento geral que alimenta fortunas de alguns, da xenofobia, da perseguição por razões políticas, sanitárias, da aceitação da violência e da diabolização primária de povos inteiros, de estados inteiros. Este é o tempo da censura à escala global, aceite sem qualquer tipo de reбуço por aqueles a quem se nega o acesso à realidade. Parafraseando um político brasileiro denunciador da governação Bolsonaro: “desculpem-me os sociólogos, filósofos, políticos, educadores, mas a resposta sobre como chegamos à destruição do Brasil – e de que forma podemos sair – está no campo cultural”. E acrescenta: “desde o início, o ódio à cultura sempre foi a tônica dominante do bolsonarismo. Mesmo antes da eleição. Em setembro de 2018 o Museu Nacional do Brasil foi destruído por um incêndio. O então aspirante a Presidente da República foi incapaz de manifestar qualquer pesar. Se falasse, provavelmente diria algo como: “E daí, não sou bombeiro, porra!”. Tão logo

foi proclamado o resultado das eleições de 2018, o guru-astrólogo do bando zurrou, desde a capital dos Confederados Norte-Americanos: “Nossa tarefa principal é combater o Marxismo Cultural!”. Cá está ele.

Também por cá tivemos disso, sob a forma de um presidente da República que, depois de revelar o seu desprezo pela literatura, desassociou-se da celebração do Prémio Nobel atribuído a Saramago. Também tivemos primeiro-ministros que decidiram que a Cultura não tem dignidade ministerial, nomeando para desvalorizadas secretarias de Estado políticos que levaram a cabo a destruição das orquestras portuguesas e tiveram visões de concertos de Chopin para violino. Tivemos ministros da Educação que acabaram com a democracia nas escolas e pretenderam organizar a Escola segundo castas, e separar as matérias essenciais das acessórias. Como traço dominante das governações de Portugal encontramos as políticas de subfinanciamento da Cultura, da Educação e da Investigação Científica – o tal pacto de regime de que tanto se fala.

A questão está em saber como é que aqueles que atentam contra pilares essenciais da nossa vida coletiva enquanto seres munidos de pensamento conseguem governar ininterruptamente Portugal desde 1975. Como é que conseguem obter, neste percurso governativo, três maiorias absolutas para tiro ao alvo à dignidade básica dos seus eleitores. Dentre as muitas ferramentas capazes de intervir no ordenamento de um despautério que parece não ter fim, estarão as tais Artes, de que a Cultura se vale para a implantação da tal Esperança com que iniciei esta fala. Referi a importância educativa do conhecimento da Cultura universal. Reforço, agora, o que já disse sobre a importância do conhecimento e adoção da cultura portuguesa pelos nossos professores, pelos nossos alunos. Nunca numa perspetiva chauvinista, mas exatamente pela razão contrária. Um povo que é porta-voz da sua herança cultural, da sua construção cultural encara o que lhe chega do exterior, não como uma influência que descarateriza, esmaga, corrompe, mas como uma incorporação que enriquece.

A este propósito, discute-se na opinião pública a questão da redução da percentagem de música portuguesa obrigada a passar nas rádios. Há quem considere que, sendo tão mau o que por lá passa, bem pode tal fatia ser abolida. Engano fatal. A redução da presença do trabalho realizado pelos nossos artistas é uma agressão igual àquela que foi dizimando toda a estrutura de apresentação artística no nosso país, obrigando os nossos músicos ao trabalho incerto ou à emigração. Num tempo em que reclamamos a falta de crescimento de públicos para a música, para o teatro, para o cinema, para a dança, para as artes visuais, só a ampliação da proposta e

a vinculação da escola à sua frequência e experimentação poderá fazer-nos sair da ditadura das indústrias culturais.

Este é o tempo em que termos e expressões como modernidade, pós-modernidade, liberalismo, neoliberalismo, mercado, empreendedorismo, liberdade de escolha e demais equívocos semânticos são elementos de imposição de convicções, de gostos, sentimentos, crenças, trabalhos, lazeres. A indústria convence a própria Escola da inevitabilidade da adesão à gamificação, à mentoria, ao coaching e outras formas de manipulação. As redes sociais, e seus mecanismos de afunilamento de escolhas a partir da revelação de tendências manipulam os comportamentos e as convicções das gerações de milenials, reprodutores, por sua vez, dos modelos que geraram os seus perfis. Desde Sócrates (o reacionário, não o filósofo), o inglês passou a ser o idioma da obediência, num mundo crescentemente americanizado – nas salas de cinema, nas play-list das rádios, nos canais da televisão por cabo, no vocabulário dos políticos dos dos influencers.

A educação artística, consciente da sua precariedade, reclama. Na área da educação ouçamos o que afirma a APEM, em documento recente: “continuamos a observar assimetrias nas ofertas e situações de desigualdade, havendo crianças sem qualquer acesso a uma educação artística de qualidade. Ao nível do 1º ciclo do ensino básico sabemos que a efetiva implementação da música não chega a todas as crianças, seja porque as atividades artísticas e musicais no âmbito do currículo não têm uma real e sólida presença por ser uma área em que os professores titulares não se sentem confiantes para a incorporar nas suas práticas docentes, seja porque as restantes ofertas não abrangem todas as crianças. Esta questão tem-se constituído numa das principais preocupações da Direção APEM, que assume como prioritária a promoção de iniciativas que visem a universalização do acesso ao ensino da música”.

Regressemos, pois, ao lema do nosso debate – quero crer que do tema nunca nos afastámos. Vamos precisar de mais do que de boas intenções, de pontuais boas práticas, para o trabalho da tal “universalização” do acesso (permitam-me que amplie o universo) ao ensino das artes. Vamos precisar de criar grupos de recrutamento para os professores de teatro, os de jazz, os de Música Antiga. Vamos precisar de alargar a rede de ensino público e inverter uma rede de ensino artístico em que duas dezenas de escolas públicas coexistem com mais de uma centena de escolas privadas. E não, não se trata de preconceito ideológico. Trata-se de não querer compactuar com uma realidade educativa que – salvo honrosas, mas raras exceções – conduz populações inteiras de jovens para a pseudo-educação de talentos como os dos enlatados da

TV, renunciando à educação estética e, por razões de desinteresse financeiro, à criação de perfis de continuidade de estudos a nível superior. Trata-se de pôr termo a práticas de gestão desumana de “recursos humanos”, denunciadas no Encontro Nacional Ensino Artístico Especializado que a FENPROF promoveu em 2021.

Para que a Cultura passe a ser o território da educação artística, e as artes o seu operacionalizador, é preciso reorganizar os planos de estudo do ensino básico generalista, fazer com que as crianças do primeiro ciclo possam ter contacto programado com as artes, orientado por profissionais da área - é que, no segundo ciclo, já vamos tarde para a primeira descoberta de um universo musical fora do ruído mediático. É preciso dotar o Plano Nacional das Artes de meios humanos e financeiros que não deixem às boas e más vontades dos municípios a educação dos nossos cidadãos, agora mais fragilizada pelas voltas da municipalização. É preciso criar um serviço público de cultura, com tarefas definidas do cruzamento das áreas artísticas com a Educação, renunciando à simulação de política cultura materializada no lamentável concurso de distribuição de verbas da DGArtes.

Alguém dirá, em face de tão grande caderno de encargos, que assim não vamos lá. Não esmoreçamos, porém. Ainda que o patamar das necessidades seja hoje incomparavelmente mais elevado do que há 50 anos, é também certo que o patamar das existências é muito mais elevado do que há 30 anos. Portugal formou, entretanto, atores, músicos, cineastas, bailarinos, artistas visuais que estão disponíveis para as tarefas da Cultura e da Arte, alguns como artistas, outros como professores. Todos eles renunciaram ao sonho neoliberal de serem zuckerbergs, musks e gates mas ali, onde os querem “colaboradores”, precisamos todos de que eles sejam trabalhadores, com emprego para toda a vida profissional se o desejarem, com carreira profissional, disponíveis para o trabalho de “munir os alunos das nossas escolas de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e seleccionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia”. É o que está escrito no documento “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, que deveria ser orientação mas, no que toca à educação e ensino artísticos, é um belo documento rasgado e mudo.

Não tem de ser assim.

29/03/2023

Manuel Rocha

